

Manuel Villaverde Cabral

Portugal desde a revolução

Kenneth Maxwell (ed.), *Portugal in the 1980s: Dilemmas of Democratic Consolidation*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1986.

Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *Portugal's Revolution: Ten Years On*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

A revolução portuguesa originou uma torrente de literatura — alguma académica, mas sobretudo jornalística — nas principais línguas ocidentais. Embora o interesse popular em breve tivesse esmorecido, a política nacional continuou a merecer a atenção dos universitários de língua inglesa, sendo K. Maxwell um dos principais responsáveis por esse facto. O seu recente livro *Portugal in the 1980s: Dilemmas of Democratic Consolidation* constitui o terceiro de uma série de estudos por ele «editados» nos últimos anos, estando destinado, sem dúvida, a ficar rapidamente como um dos poucos livros-chave, em qualquer língua, que se debruçam sobre os problemas portugueses actuais. Sem tratar exaustivamente de todas as questões inerentes ao processo de democratização português, o livro abrange, todavia, as mais importantes delas, desde a economia e a sociedade até às relações internacionais.

Esta colectânea coloca, porém, alguns problemas, a começar pela introdução do próprio K. Maxwell, onde se afirma que Portugal se encontra numa «encruzilhada». À semelhança dos seus anteriores trabalhos, também este gira em torno da ideia de que alguma coisa de errado existe na democracia portuguesa, deixando mesmo transparecer a ideia de que a sociedade portuguesa se situa, de algum modo, aquém dos padrões necessários para sustentar um moderno sistema político pluralista. Segundo Maxwell, Portugal parece confrontar-se permanentemente com «desafios imensos», que causam «profundo mal-estar» e desencadeiam «incertezas generalizadas». Se é verdade, para todos os livros que tratam de questões actuais, que, à data da sua publicação, os acontecimentos frequentemente já provaram, nalguma medida, os erros dos seus autores, não deixam, no entanto, de causar algum incómodo afirmações como a que se segue: «Na altura em que Portugal entra na sua segunda década de democracia [...] a Nação enfrenta de novo uma crise que, não sendo ainda suficientemente grave para ameaçar a democracia, é já suficientemente aguda para causar preocupações a seu respeito.»

Isto surge a público no preciso momento em que Portugal foi capaz de ultrapassar, com bastante êxito, os dois principais problemas com que se debatia há um ano atrás (Dezembro de 1985), a saber: o das eleições presidenciais e o do impacte imediato da entrada na CEE, sem mencionar o facto de o País, desde há um ano, ter o seu Governo mais popular de sempre. Enquanto o primeiro impacte da entrada na Comunidade Europeia, nomeadamente a introdução do IVA, foi absorvido sem ameaças para a inflação — que num ano desceu de mais de 25% para cerca de 10% —, os índices de popularidade quer do presidente Mário Soares, quer do primeiro-ministro Cavaco Silva, são os maiores de sempre verificados no desempenho de tais cargos desde a revolução. É surpreendente que nem a «Introdução» nem qualquer dos artigos que integram a colectânea aludam a estes saudáveis indicadores.

Mas a minha discordância de Maxwell vai mais longe. De facto, não só não consigo ver qualquer ameaça séria, interna ou externa, ao regime democrático, como me interrogo quanto ao propósito de se levantarem constantemente dúvidas sobre a viabilidade da democracia em Portugal. Do ponto de vista teórico, todos nós sabemos que é verdade, infelizmente, que uma nação pode ser demasiado pobre e pouco instruída para manter em funcionamento um regime democrático sem que estejam em causa os méritos absolutos dos valores democráticos. Mas, tanto quanto me é dado saber, no que respeita a Portugal, apenas a esquerda não democrática utilizou como argumento o facto de o capitalismo português ser demasiado fraco para poder servir de base socioeconómica a uma democracia burguesa. Sendo assim, seria de esperar, volvidos doze anos e meio sobre o 25 de Abril de 1974 e com uma conjuntura política favorável ao nível internacional, que os contributos para esta colectânea manifestassem uma atitude mais positiva relativamente ao futuro da democracia em Portugal. Contesto também, com igual convicção, o tom paternalista do artigo jornalístico de Diana Smith, através de cuja leitura seria impossível imaginar que, por muito sujas que as ruas de Lisboa se tenham tornado depois da revolução, Portugal é um dos sítios mais seguros do mundo, com uma das mais baixas taxas de criminalidade conhecidas. Como diz o ditado, com amigos destes, a democracia portuguesa já quase não precisa de inimigos...

Ao introduzir a secção sobre o contexto internacional em que Portugal se insere, também o Prof. Rainer Eisfeld prediz nada mais nada menos do que o «desastre», agora que Portugal é membro de pleno direito da CEE. Apesar de o País ter até aqui reagido bem ao chamado desafio da CEE, isto não chega para demover Eisfeld da sua crença numa espécie de teoria conspiratória, segundo a qual o capitalismo internacional teria sido o responsável pelo fim do alegado «pluralismo socialista» da revolução de 1974. Eisfeld parece esquecer-se de que esse «socialismo pluralista» não era suficientemente pluralista para pelo menos 50% do eleitorado português, que efectivamente votou contra *qualquer tipo* de socialismo, incluindo a versão moderada de Mário Soares. Além disso, esquece que, com excepção dos comunistas, a entrada na CEE nunca constituiu um «dilema» para os principais partidos políticos portugueses. Pelo contrário, o adiamento, durante dez anos, da decisão de aceitar Portugal como membro de pleno direito demonstra como era frouxa a vontade de apoiar o regime democrático português por parte dos países da Comunidade.

Felizmente que os restantes artigos desta secção não são tão negativos: o de Bernardo Futscher Pereira — «Portugal and Spain» — é uma peça de

informação directa, em que se aponta o papel positivo que Portugal pode esperar da sua rivalidade histórica com o país vizinho, agora que ambos pertencem ao mesmo bloco de instituições democráticas internacionais. Quanto ao artigo de António de Figueiredo — «Portugal and Africa» —, é sem dúvida o mais equilibrado da colectânea.

Sem dar ouvidos ao frequente alarido produzido pelos quadrantes de esquerda acerca do apoio português aos movimentos de guerrilha antigovernamentais em Angola e Moçambique, o autor retira sensatamente a seguinte conclusão: «É evidente que Portugal tem muito mais a ganhar com a estabilidade e o entendimento do que com o antagonismo e o conflito. Todavia, uma vez que o equilíbrio dos interesses portugueses é fundamentalmente representado pelos seus emigrantes — cerca de 10% da população branca da África do Sul —, Portugal está inevitavelmente envolvido, quer queira quer não, na incessante evolução política da África do Sul.»

Mas o mais importante artigo de toda a colectânea é, provavelmente, o longo trabalho de João Cravinho sobre a economia portuguesa. João Cravinho tem sido, desde os tempos de Marcelo Caetano, um membro destacado da tecnoburocracia e um dos principais advogados do estatismo em Portugal. Estas duas características qualificaram-no recentemente para porta-voz das Finanças e Economia no «gabinete sombra» socialista, encabeçado por Vítor Constâncio. De forma indirecta e suave, João Cravinho insiste na «reforma estrutural da economia», parecendo esquecer-se, contudo, de que a maior parte das «reformas estruturais» habitualmente associadas à social-democracia progressista, nomeadamente a nacionalização da banca e da indústria, bem como a reforma agrária, já foram implementadas em Portugal e, de um modo geral, falharam quanto às transformações positivas que se supunha produzirem após dez anos de tentativas. Embora dificilmente se possa discordar do retrato que ele dá do relativo atraso de Portugal — e não posso estar mais de acordo com ele do que quando afirma que «o desenvolvimento do *software* organizativo e dos recursos humanos [...] é muito mais importante do que o mero investimento em infra-estruturas físicas» —, J. Cravinho não convence ninguém quando tenta dissimular as implicações políticas profundas da sua argumentação económica. A neutralidade tecnocrática não basta e, enquanto membro de um «gabinete sombra», J. Cravinho deveria sabê-lo melhor do que ninguém. De facto, se existe aqui algum «dilema», não se trata de um «dilema» económico, mas sim político, e este, tal como eu o vejo, desdobra-se em dois.

Primeiro e principalmente, ou escolhemos acreditar — dentro da tradição da esquerda — no que J. Cravinho propõe, ou seja: que as dificuldades económicas explicam as deficiências do desenvolvimento político; ou adoptamos o ponto de vista contrário, partilhado pelo autor destas linhas e, atrevo-me a dizê-lo, pela maioria do eleitorado português: são as dificuldades constitucionais herdadas do período revolucionário que explicam aquelas deficiências de natureza económica que não podem ser imputadas à situação internacional. Em segundo lugar, ou aceitamos a necessidade, defendida por J. Cravinho, de reforçar a intervenção estatal, de modo a permitir que as «reformas estruturais» finalmente funcionem, ou consideramos, pelo contrário, que se deve conceder tempo e liberdade à economia portuguesa para se ajustar ao mercado mundial, por forma que os progressos a longo prazo — que, só a título de exemplo, reduziram a dimensão

relativa do sector agrícola de 50% para 10% do PIB, desde o fim da segunda guerra mundial — possam prosseguir.

Isto leva-me a mais uma observação. Todos sabemos o que pensar das manipulações estatísticas, mas o leitor deve ser alertado para o facto de, em Portugal, isso se tratar de um jogo, mais uma vez, puramente político. Por exemplo, como concilia J. Cravinho os alegados cortes nos salários reais com o facto de o rendimento familiar apenas ter sofrido uma percentagem mínima de quebra uma vez em doze anos e com a elevada taxa de poupança, que se aproxima rápida e espectacularmente dos 30% do rendimento total? E ainda: como concilia ele os alegados cortes nas regalias sociais com o facto de — admitido pelo autor do texto seguinte — os pagamentos para a segurança social corresponderem actualmente a qualquer coisa como 12% a 15% do rendimento total familiar? Ou ainda: como concilia J. Cravinho a fraca *performance* da economia com o facto de, enquanto, em 1973, um pensionista corresponder a 16 elementos activos, Portugal se aproximar, hoje em dia, dos países ocidentais mais avançados, com apenas 2 activos para um pensionista? Por último, se é verdade que o desemprego é um problema social grave em algumas regiões industriais mais antigas, uma vez mais as estatísticas omitem o facto principal: o de Portugal possuir, com 45%, uma das taxas mais elevadas de população activa do mundo.

É verdade que, para levar a cabo estas melhorias, que acompanharam o processo de democratização, Portugal se viu forçado a contrair pesados empréstimos ao estrangeiro; mas já não é verdade, como escreve J. Cravinho, que a dívida externa portuguesa seja olhada com «grande apreensão» pela «banca internacional», particularmente agora, que o severo programa de austeridade que Mário Soares teve a coragem, enquanto primeiro-ministro, de impor à Nação de 1983 a 1985 está a dar os seus dividendos e as reservas portuguesas são as mais elevadas de sempre desde a Revolução. Não deixa de ser irónico que J. Cravinho escreva que «o processo inflacionário bem se poderá aproximar do da América do Sul», quando a inflação acaba de ser reduzida para 10% e os rendimentos reais crescem mais rapidamente do que nunca desde 1980. O autor destas linhas, que não reivindica qualquer competência em matéria de economia, está pronto a admitir que a situação económica possa, de novo, deteriorar-se. Tudo o que digo é que não existe qualquer prova estatística convincente de uma incapacidade estrutural da economia portuguesa para ser melhor sucedida do que tem sido dentro do actual quadro constitucional de estatismo parcial. Em Portugal, o debate económico, à semelhança do que acontece em muitos outros países igualmente atrasados, é um debate político. Ora é possível acrescentar que a maioria esmagadora da Nação se não inclina, seguramente, para o reforço do estatismo. Se a estabilidade política for assegurada, apesar dos obstáculos constitucionais, não há qualquer razão para aceitar, sem mais, as previsões de J. Cravinho, assim como não existe qualquer razão para crer que o seu pessimismo acerca da economia portuguesa se não radique nos seus legítimos interesses de fervoroso opositor da postura liberal de Mário Soares e do actual executivo.

O artigo de Boaventura Sousa Santos «Social Crisis and the State», embora partilhando alguns dos pontos de vista de J. Cravinho, é indubitavelmente o mais inovador da colectânea. O Prof. Boaventura Sousa Santos, que foi um apoiante convicto de Maria de Lourdes Pintasilgo nas últimas presidenciais, oferece-nos uma interpretação altamente teórica da

sociedade portuguesa. Contando-me entre os primeiros a chamar a atenção para as contradições óbvias entre os dados estatísticos oficiais e as realidades sociológicas, designadamente a poderosa significação social da chamada «economia subterrânea» e dos «efeitos perversos» do intervencionismo de Estado, não posso senão aceitar a maior parte da descrição que é feita dos actuais padrões sociais do comportamento económico português. Se, por um lado, não posso estar mais de acordo com Boaventura Sousa Santos do que quando diz que «as manifestações da crise são geralmente bastante moderadas», por outro, divirjo dele quando afirma que «esta redução de conflitos [...] não decorre da existência de grandes classes intermédias, como acontece nos países do Centro». Por outras palavras, o que o Prof. Sousa Santos procura dizer-nos, à maneira de «equivalente funcional» sociológico da teoria económica tradicional da esquerda sobre a «fraqueza do capitalismo português», é que as classes médias em Portugal são culturalmente —se não mesmo estruturalmente— diferentes das dos «países do Centro» e, por conseguinte, inadequadas para servirem de suporte a uma democracia de tipo ocidental. Esta pretensa *differentia specifica* de Portugal tem sido, desde sempre, o ponto de partida do nacionalismo populista.

No que me diz respeito, independentemente do interesse sociológico suscitado pela interpretação do Prof. Boaventura Sousa Santos, considero tratar-se, do ponto de vista político, simplesmente de uma questão de fé. De facto, os modelos políticos de comportamento dos vários segmentos das classes médias portuguesas são perfeitamente consistentes com os de países semelhantes da Europa ocidental e podem ser inteiramente explicados em termos do sistema eleitoral vigente. A própria falência do populismo pintasilguista, com apenas 7% dos votos nas últimas eleições, é prova suficiente de que há em Portugal muito pouco espaço para esse género de «bloco social capaz de definir um novo modelo de desenvolvimento» que o Prof. Sousa Santos invoca. É verdade que o partido populista do general Eanes conseguiu alcançar 18% dos votos nas eleições legislativas de Outubro de 1985; mas todos estamos de acordo em que este perturbante fenómeno, se evitar a desintegração, agora que o líder populista já não goza do prestígio que lhe advinha do facto de ser presidente da República, só contribuirá para a fragmentação da esquerda tradicional portuguesa, o que, por seu turno, só facilitará a vida aos liberais e aos conservadores na sua conquista do eleitorado, como aliás o confirmam as sondagens efectuadas desde que Cavaco Silva é primeiro-ministro. Do ponto de vista da teoria e da análise social, o artigo do Prof. Sousa Santos merece uma discussão mais pormenorizada. Infelizmente, por muito grato que me fosse fazê-lo, não são estes o momento nem o lugar oportunos.

O último artigo da colectânea, da autoria do antigo primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão, é o único que trata directamente da ordem do dia política do País. Infelizmente, por ocasião da publicação do livro, muitas das suas observações já tinham sido ultrapassadas ou desmentidas pelos resultados das presidenciais, nomeadamente a da necessidade de reforçar a Presidência no quadro do sistema constitucional, a qual foi desmentida não só pelo eleitorado, mas também pelo candidato vencedor. Quer pela sua atitude permanente em relação à consolidação da democracia em Portugal, quer pelas críticas igualmente sistemáticas que fez da acção desestabilizadora do seu antecessor, Mário Soares conferiu à Presidência da República, durante este último ano, um prestígio de que ela jamais gozou,

adoptando precisamente o perfil menos partidarizado possível e fortalecendo, assim, os corpos executivo e legislativo. E tanto assim é que, embora Cavaco Silva apenas possua uma maioria de 30%, a oposição não tem podido contar com o presidente da República para fazer cair o Governo, como tantas vezes sucedeu no tempo de Ramalho Eanes, nomeadamente quando, por duas vezes, os comunistas se aliaram aos sociais-democratas e aos democratas-cristãos para derrubar os executivos de Mário Soares.

Quanto às restantes propostas políticas de Pinto Balsemão, não posso, por exemplo, estar mais de acordo com ele do que quando invoca a necessidade de uma reforma do sistema eleitoral, no qual, de facto, a representação proporcional absoluta tem sido uma receita desastrosa, geradora da fragmentação política e da instabilidade. Mas uma reforma deste tipo não depende nem do presidente da República nem do Governo; basicamente, ela depende do Partido Socialista, que, com a sua entrada na era pós-Soares, se tem tornado progressivamente mais sectário, não oferecendo publicamente qualquer esperança de, juntamente com os sociais-democratas, efectuar as alterações constitucionais de que a democracia portuguesa necessita para funcionar melhor. Esta não é, todavia, a linha de argumentação utilizada por Francisco Pinto Balsemão ou por qualquer dos autores da colectânea. A proposta da sua «reforma das mentalidades» soa demasiado retórica para poder ser operativa. E, se estamos de acordo em que a sociedade civil portuguesa carece de «libertação», é muitíssimo discutível que a igreja católica tenha algum contributo a dar para esse fim, como sustenta o antigo primeiro-ministro.

Em suma, trata-se de uma colectânea rica de informação e, tal como o leitor certamente já adivinhou, é suficientemente interessante e estimulante para abrir o caminho a longos debates e —estamos confiantes— ao esclarecimento de todos quantos sinceramente se preocupam com os actuais problemas portugueses. Por outro lado, a colectânea padece do que eu designaria, à falta de melhor expressão, por nostalgia desses dias distantes de 1974, em que era permitido à esquerda independente, nacional e internacional, sonhar com um sistema político que seria muitas coisas simultaneamente: respeitador das regras da democracia representativa e com um elevado nível de participação das classes populares; economicamente eficiente e maciçamente redistributivo; e, para acabar, completamente independente de qualquer potência estrangeira. Estou certo de que não há lugar na política para quem tenha deixado de sonhar com a existência de um mundo melhor, mas não posso deixar de sentir que, por causa das excessivas esperanças que atçou entre a esquerda, esta ainda não deu à democracia portuguesa a sua oportunidade.

Comparativamente com o estimulante livro de K. Maxwell, o breve trabalho de Gil Ferreira e M. Marshall merece-nos menos consideração, pois faz parte de um longo rol de livros sobre a revolução de 1974 que em nada nos ajudam a progredir na compreensão dos acontecimentos cruciais que puseram fim a quinhentos anos de colonialismo e a cinquenta de autoritarismo. Embora os autores evitem fazer mais um relato da revolução e tentem, em vez disso, uma abordagem inovadora, através da recolha de documentos, dados cronológicos e algumas entrevistas com militares envolvidos no processo revolucionário, acabam por não conseguir dar-nos qualquer novo contributo sobre o assunto. Quanto à interpretação global que fazem

da revolução e subsequente institucionalização da democracia, é demasiado parecida com a já familiar ideologia da esquerda nostálgica.

Ninguém põe em causa o direito dos autores a permanecerem fiéis à «democracia directa», que, nas presidenciais de 1976, deu a Otelo Saraiva de Carvalho 25% dos votos, mas apenas 1% nas de 1980. É legítimo, no entanto, esperar da parte deles uma explicação para a queda do idealismo de esquerda. Por outras palavras, toda a gente familiarizada com o objecto da análise conhece os factos e as individualidades referidas por Gil Ferreira e M. Marshall. O que é necessário hoje, independentemente das inclinações políticas de cada um, é compreender as razões pelas quais o processo político português evoluiu no sentido em que evoluiu, isto é, no sentido da consolidação de um sistema pluralista de tipo ocidental. Ora os autores —lamento dizê-lo— não parecem dominar os requisitos actualmente necessários para explicar de forma convincente as complexidades da sociedade portuguesa. Isso se vê, aliás, pelo âmbito e pela utilização muito limitados da bibliografia.

Embora os dados recolhidos possam ser de alguma utilidade para o leitor completamente desconhecedor dos acontecimentos de 1974, este deve ser, no entanto, alertado para o facto de haver no livro muitas afirmações indemonstradas, bem como muitas histórias por contar, particularmente no que respeita à luta internacional pelo poder nas antigas colónias portuguesas. No conjunto, o contributo informativo deste livro não chega para o justificar, volvidos que são treze anos —e não apenas dez— sobre o 25 de Abril de 1974 e quando tanto trabalho de pesquisa foi já efectuado neste domínio. Em especial, os autores manifestam-se surpreendentemente reticentes quanto às profundas transformações sofridas pela sociedade portuguesa nos últimos treze anos, independentemente da fraca *performance* da economia e das reconhecidas deficiências do actual sistema constitucional.

A falta de rigor metodológico do livro manifesta-se ainda nas entrevistas conduzidas pelos autores com dezassete membros do Movimento das Forças Armadas, nenhum dos quais diz seja o que for que não pudesse prever-se, atendendo ao papel desempenhado na revolução e depois dela. O leitor não só continua sem conhecer qualquer facto que possa pôr em risco a imagem pública que cada um daqueles militares pretende dar de si próprio, como nunca poderia supor, por exemplo, que o antigo presidente Costa Gomes tem militado, desde que saiu da Presidência, no Movimento Internacional para a Paz, controlado pela União Soviética, ou que Otelo Saraiva de Carvalho tem estado a ser julgado por alegada pertença a um agrupamento terrorista.

Não vou aqui esconder a minha pouca simpatia pela ideologia dos autores, que corresponde essencialmente àquele mesmo idealismo de esquerda que me é familiar desde a minha adolescência política, há cerca de uns trinta anos, e que não posso deixar de culpar pela resistência que tem oferecido à consolidação da democracia em Portugal. Mas o que me surpreende neste livro é o facto de ele ser particularmente simplista e nada convincente, inclusivamente entre os contributos dados por idealistas de esquerda à política portuguesa. O facto de as revoluções atraírem a atenção de investigadores profissionais e amadores não significa que os fenómenos revolucionários sejam fáceis de compreender. Pelo contrário, a conclusão que se retira do trabalho já feito sobre a revolução portuguesa tende a confirmar o velho ponto de vista segundo o qual a abordagem de acontecimentos de efectiva importância histórica em termos de «negócios corren-

tes» é, as mais das vezes, limitada e ilusória, devendo decorrer um longo período de tempo até que a história da revolução possa ser escrita. A maior parte dos estudiosos das questões do Portugal contemporâneo já está ciente disso e creio que Gil Ferreira e M. Marshall erraram ao pensar de forma diferente.

P. S. — Este artigo foi escrito em inglês, em Dezembro de 1986, para uma audiência estrangeira (tradução revista pelo autor).